

O Piso da Educação e a falta de investimento

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2021



Piso Salarial Profissional Nacional

O último reajuste concedido pelo Governo do Estado, aos(as) Trabalhadores(as) em Educação foi de 11,36%, em 2016. Em 2021, foi incorporado o último abono, e o atual vencimento inicial de carreira passou de R\$ 1.982,54 para R\$ 2.135,59. Isso significa, que para alcançar o Piso de 2021 é necessário um reajuste de 35,15%, ou um valor mensal de R\$ 750,65.

Se fosse concedidos os reajustes, qual seria o vencimento inicial de carreira?

Ano	Vencimento inicial de carreira	Reajuste PSPN	Vencimento inicial de carreira considerando reajuste do PSPN
2017	1.982,54	7,64%	2.134,01
2018	1.982,54	6,81%	2.279,33
2019	1.982,54	4,17%	2.374,38
2020	1.982,54	12,84%	2.679,25
2021	2.135,59	0,00%	2.679,25

Fonte: FNDE, Portarias Interministeriais.

Elaboração: Subseção Dieese no Sind-UTE/MG.

Obs: Considerou-se a incorporação do abono em 2021



Sind UTE
Sindicato Único dos Trabalhadores
em Educação de Minas Gerais
FILIADO À CNTE E À CUT

(Falta de) Investimento na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O motivo pelo qual o Governo do Estado não paga o Piso é devido à falta de investimento na educação e descumprimento do mínimo constitucional de 25%.

Considerando o período sem reajuste, de 2017 até o mês de outubro de 2021, o Governo deixou de investir na educação, R\$ 10,94 bilhões, sendo R\$ 6,48 bilhões (60%) no Governo Zema.

Fazendo caixa com recursos do Fundeb

Além disso, o Governo Zema faz caixa com recursos do Fundeb. O Saldo Financeiro dos recursos do Fundeb (saldo bancário), informados pela SEF/MG no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, sempre foi inferior a R\$ 500 milhões de reais, mas a partir de 2019, passou a ser bilionário, chegando a R\$ 4,2 bilhões 31 de agosto de 2021.

Este montante, em tese está disponível para utilização, mas na prática está sendo utilizado para financiar despesas de outras Secretarias de Estado.

Fazendo caixa com recursos do Fundeb

Ano	Saldo Financeiro
2014	236.126.942,13
2015	203.013.704,04
2016	490.926.689,02
2017	294.499.376,39
2018	375.588.050,03
2019	2.012.933.444,89
2020	1.507.543.924,37
2021 - 4º bimestre	4.189.116.809,09

Fonte: SEFMG, RREO.

Elaboração: Subseção Dieese no Sind-UTE/MG.

Por que o Estado sempre diz que investiu o mínimo com educação?

Para entender um pouco sobre essa questão, é necessário saber a diferença entre despesa empenhada, liquidada e paga.

Na contabilidade pública a despesa passa por 3 estágios, empenho, liquidação e pagamento

Despesa empenhada

Empenho: é quando o Estado sinaliza que pretende gastar com determinada despesa, mas não necessariamente ele gastou.

Por exemplo, o estado pretende construir uma escola no valor de R\$ 1,0 milhão. Ele vai lá no sistema dele (Siafi) e empenha esse valor.

Ao realizar a licitação, o valor da obra foi de R\$ 800 mil. Este R\$ 800 mil é o valor que o Estado tem que pagar pra empresa vencedora da licitação, ou seja, o valor que será liquidado.

Mas para a prestação de contas, o valor para base de cálculo é o de R\$ 1 milhão e não os R\$ 800 mil.

Despesa Liquidada e Despesa paga

Despesa liquidada é aquela despesa que o estado reconhece que tem que pagar (uma espécie de nota promissória), mas ainda não pagou, pois o pagamento será feito apenas quando for emitida a nota fiscal. Ou seja, os R\$ 800 mil do exemplo anterior.

Quando a nota fiscal chegar e o estado pagar, chegamos no terceiro e último estágio da despesa, **o pagamento**.

Vamos a um exemplo?

Receita/Despesa Fundeb	Valor	Saldo
Receita Fundeb	10.065.955.154,05	-
Despesa empenhada	9.796.473.555,16	269.481.598,89
Despesa Liquidada	8.842.878.256,25	1.223.076.897,80
Despesa Paga	8.726.115.116,94	1.339.840.037,11

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais

Elaboração: Subseção Dieese no Sind-UTE/MG.

Dados referentes a 1º de janeiro a 29 de novembro de 2021.

Até ontem, o Estado sinalizou que pretende gastar R\$ 9,7 bilhões de despesa com fundeb, mas deste valor, o estado reconheceu que é sua obrigação pagar, R\$ 8,8 bilhões, pois a despesa foi contratada e entregue. Do valor reconhecido pelo Estado a pagar, ele de fato pagou R\$ 8,7 bilhões. Os quase R\$ 100 milhões ainda não pagos, se não forem pagos até 31/12/2021 vira uma dívida para o Estado pagar no(s) ano(s) seguintes (o chamado restos a pagar).

Vamos a um exemplo?

Isso significa, que do total de recursos arrecadados do Fundeb, em 2021, R\$ 10,065 bilhões o Estado tem disponível para utilizar, R\$ 1,339 bilhão. Mas como o estado reconhece que ainda falta pagar R\$ 116,7 milhões (valor que falta para chegar na despesa liquidada), podemos dizer que o **saldo disponível até ontem é de R\$ 1,2 bilhão.**

Qual saldo o Estado fala que tem?

Receita/Despesa Fundeb	Valor	Saldo
Receita Fundeb	10.065.955.154,05	-
Despesa empenhada	9.796.473.555,16	269.481.598,89
Despesa Liquidada	8.842.878.256,25	1.223.076.897,80
Despesa Paga	8.726.115.116,94	1.339.840.037,11

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais

Elaboração: Subseção Dieese no Sind-UTE/MG.

Dados referentes a 1º de janeiro a 29 de novembro de 2021.

O Estado considera as despesas que pensa em gastar, como despesa paga.

Então, ao calcular o mínimo de 25% da educação ou o mínimo de 70% do Fundeb, é utilizada a despesa empenhada.

Mas isso pode ser feito?

Infelizmente sim. A legislação sobre contabilidade pública determina que a apuração dos limites sejam feitos com a despesa empenhada. Mas é imprescindível acompanhar a execução ao longo do ano, para saber se o Estado vai inventar despesa para aumentar o valor empenhado, apenas para cumprir os limites.

Apesar das aprovações de contas do Governo com ressalvas, o Tribunal de Contas sinalizou na aprovação das contas de 2019, que essa prática não será mais aceita.